



PROJETO DE LEI Nº 1.179, DE 2020.

Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid- 19).

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 1.170/2020 a seguinte redação:

“Art. 4º As pessoas jurídicas de direito privado referidas nos incisos I a V do art. 44 do Código Civil deverão observar as restrições à realização de reuniões e assembleias presenciais até prazo final do estado de emergência sanitária, durante a vigência desta Lei, observadas as determinações sanitárias das autoridades locais.

Art. 5º As assembleias gerais e as reuniões, inclusive para os fins do art. 59 do Código Civil, até prazo final do estado de emergência sanitária, poderão ser realizadas por meios eletrônicos, independentemente de previsão nos atos constitutivos da pessoa jurídica.

§ 1º A manifestação dos participantes poderá ocorrer por qualquer meio eletrônico indicado pelo administrador, que assegure a identificação do participante e a segurança do voto, e produzirá todos os efeitos legais de uma assinatura presencial.

§ 2º Fica permitido o registro das atas das reuniões e das assembleias gerais por meio eletrônico.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

É conveniente lei deixe claro que também as reuniões, e não



apenas as assembleias, sejam realizadas por meio eletrônico e que se permita o registro das atas dessas reuniões e assembleias por meio eletrônico.

Além disso, não há razão que justifique a exclusão de partidos políticos e de organizações religiosas da norma em questão, razão pela qual são incluídas na proposição.

Sala da Comissão, em de de 2020.

Deputado FÁBIO TRAD
PSD/MS

2020-3953

